



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (12/6/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 7ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente no Auditório Procurador de Justiça Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Denise Guimarães de Oliveira, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá. Também ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Iniciando a reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a reunião do colendo Colégio de Procuradores de Justiça possui a finalidade de prestar homenagem ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, que, no final mês, aposentar-se-á após mais de 40 (quarenta) anos de relevantes e valorosos serviços prestados ao Ministério Público do Estado de Alagoas e à sociedade alagoana. Na sequência, a Chefe do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo, registrou as presença dos Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas José Carlos Malta Marques e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, do Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral Rodrigo Sarmiento, do Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Marcos Barros Méro Júnior, da Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas, Cláudia Medeiros, da Procuradora do Ministério Público de Contas Stela Méro, do Delegado-Geral Substituto Eduardo Méro, de amigos e familiares do homenageado. Após a execução do Hino Nacional, o Excelentíssimo Secretário do Colégio de Procuradores



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

de Justiça fez a leitura da mensagem grafada no documento Menção Honrosa de homenagem do colendo colegiado ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro. Em seguida, a Chefe do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça fez um breve relato da trajetória funcional do Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, destacando a sua atuação em diversos órgãos da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas. Na sequência, fizeram uso da palavra os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Maurício André Barros Pitta, Denise Guimarães de Oliveira, Walber José Valente de Lima, Luiz José Gomes Vasconcelos e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, em seguida, usaram da palavra o Excelentíssimo Promotor de Justiça Givaldo Barros Lessa, Vice-Presidente da Associação dos membros do Ministério Público de Alagoas, o Excelentíssimo Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, nessa ordem. Ato contínuo, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro proferiu o seguinte discurso: "Senhor Presidente. Senhoras e Senhores integrantes do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça. Cumprimento também as pessoas de destaque aqui presentes, Desembargador Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Desembargador José Carlos Malta Marques, Desembargador Eleitoral Rodrigo Sarmiento, Vice-Presidente da OAB Seccional de Alagoas Cláudia Medeiros, Presidente em Alagoas do Instituto dos Advogados Brasileiros, Rodrigo Fontan, Conselheiro Federal da OAB pela bancada de Alagoas Marcos Barros Méro, Subdelegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Alagoas Eduardo Méro, Procuradora do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas Stella Méro, Vice-presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas Givaldo Barros Lessa. Ministros da casa, Humberto Pimentel, Marcos Mousinho, Adriana Gomes, Humberto Bulhões e Edelzito Andrade. Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, Marcos Rômulo Maia de Mello. Reverencio ainda os demais colegas Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça aqui presentes. Finalmente saúdo os caríssimos Diretores da Procuradoria-Geral de Justiça, os servidores e colaboradores do *Parquet*, os meus amigos e familiares que comparecem a esta reunião. A princípio, agradeço penhoradamente as palavras a mim dirigidas e que expressam reconhecimento. Tudo é fruto da bondade dos amigos. Porém uma coisa é inquestionável, servi com alegria ao glorioso Ministério Público local por pouco mais de 45 anos em duas etapas distintas. A primeira, como Adjunto de Promotor, nomeado em 1974 enquanto acadêmico do quarto ano de direito, desempenho que perdurou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

até 1981 com a extinção do cargo. Portanto, por 7 anos. Sendo que, a partir de 1975, uma vez formado militei paralelamente na advocacia e ao término do vínculo com *Parquet*, atuei como Defensor Público do Estado de Alagoas e advogado de empresa até retornar como membro do Ministério Público em 1988. Esse trabalho como substituto de Promotor Público, na denominação da época, me proporcionou um ensinamento semelhante à obtenção de um grau mais avançado da formação acadêmica. A segunda etapa, a terminar após o próximo recesso forense, atingiu 38 anos e meses. 26 anos como Promotor de Justiça e 12 anos e meses como Procurador de Justiça, período em que exerci as funções típicas do Ministério Público nas Promotorias de Justiça de São José da Tapera, Delmiro Gouveia, Piaçabuçu, Viçosa, Palmeira dos Índios e Maceió e na nona Procuradoria de Justiça Cível, além de outras funções de confiança tais como Secretário Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior em várias gestões, redator legislativo, redator do jornal do Ministério Público e até diretor de programa de televisão. Visando conscientizar o público em geral sobre as funções do Ministério Público, entre as principais: promover a ação penal pública, proteger o patrimônio público e cultural, o meio ambiente, defender os direitos dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis e fiscalizar os poderes públicos. Todavia, dentre essas atividades administrativas, a que mais me proporcionou orgulho, confesso, foi redigir a minuta do ato que, obedecendo as leis da Heráldica, criou o brasão e a bandeira do nosso dignificante Ministério Público. Fato sucedido na primeira gestão do iluminado colega Lean Antônio Ferreira de Araújo. Nós todos passaremos, mas esses símbolos que representam a nossa atividade ministerial permanecerão para sempre. Agora, passados todos esses anos e vividas todas essas experiências, é tempo de aposentadoria. Se vocês me perguntarem se vou me afastar das funções por querer, responderei que não. Vou me aposentar por obrigatoriedade de cumprir a lei. Mesmo assim declaro, tranquilamente, que não tenho nada a reclamar e sim só agradecer a Deus pela oportunidade de servir a essa célebre instituição. O meu lema sempre foi: devemos servir bem ao Ministério Público para que o Ministério Público sirva sempre à sociedade. Como qualquer um pode aconselhar, sugiro principalmente aos colegas mais jovens a seguir essa regra. O povo alagoano agradecerá. Estarei desligado do cargo, contudo sempre à disposição do *Parquet*. Muito obrigado a todos e a cada um de vocês colegas, servidores e colaboradores pela cordialidade e amizade de sempre. Muito obrigado àqueles que com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

10
11
12
121 conhecimento e expertise me ajudaram categoricamente na assessoria de
122 gabinete e muito obrigado pelo diploma que me ofereceram nesta
123 solenidade. É o que tenho a dizer, senhor Presidente". Em seguida, o
124 Presidente parabenizou o homenageado e ressaltou o merecimento da
125 homenagem prestada. Na sequência, foi transmitido um video gravado por
126 familiares e amigos do homenageado contendo mensagens de carinho e
127 afeto. Foi entregue ao homenageado um buquê de rosas. Ato continuo, foi
128 executado o Hino do Estado de Alagoas e, por fim, encerrada a sessão
129 solene, do que para constar, eu, Humberto Pimentel Costa, Promotor de
130 Justiça de 3ª Entrância, Secretário do Colendo Colégio de Procuradores de
131 Justiça, _____ lavrei e rubriquei a presente Ata que vai adiante
132 assinada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

133
134 **Lean Antônio Ferreira de Araújo**
135 Procurador-Geral de Justiça
136 Presidente da Sessão
137



Atas de Reunião

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (12/6/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente no Auditório Procurador de Justiça Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausentes, por se encontrarem em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá e a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Também ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 10ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a publicidade dos procedimentos administrativos; 3. Proc. SAJMP n. 02.2025.00000520-1. Interessada: Coordenação das Procuradorias de Justiça Criminais. Assunto: Requerimento de providências (Voto do Relator Procurador de Justiça Marcos Méro, Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ); 4. GED n. 20.08.1365.0005705/2024-68. Interessada: Associação dos Membros do Ministério Público de Alagoas – AMPAL. Assunto: Requerimento de providências (Voto do Relator Procurador de Justiça Marcos Méro, Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ). Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 10ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, o Presidente informou que a minuta de Ato apresentada tem por objetivo disciplinar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a publicidade dos procedimentos administrativos. Disse que o texto em análise foi previamente distribuído entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da minuta do Ato, explicando todos os pontos abordados. Colocada a minuta em votação, o colegiado, por unanimidade, manifestou-se favoravelmente à edição do Ato PGJ. Quanto ao item 3, o Presidente determinou a retirada da matéria de pauta. Quanto ao item 4, o Presidente passou a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, relator da matéria. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, Presidente da Comissão de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ, mencionou que a matéria em análise versa sobre requerimento apresentado pela Associação dos membros do Ministério Público de Alagoas – AMPAL em que se pleiteia a adequação remuneratória da categoria, com a implantação do adicional por tempo de serviço (ATS) aos agentes ministeriais que façam jus ao benefício. Informou que seu Voto foi previamente distribuído entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da ementa e da parte conclusiva do Voto. Proferiu seu Voto pelo conhecimento da matéria, em razão de sua relevância institucional, e, no mérito, pela procedência do pedido formulado pela AMPAL, com a consequente declaração da subsistência do direito adquirido à percepção dos valores nominais referentes ao adicional por tempo de serviço (ATS). Colocado em votação, o Voto foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Na sequência, o Presidente elogiou o Voto apresentado pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, ressaltando o elevado grau de responsabilidade fiscal existente na manifestação. Em seguida, indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Também não havendo comunicações, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (12/6/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 7ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente no Auditório Procurador de Justiça Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede, e



virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Denise Guimarães de Oliveira, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá. Também ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Iniciando a reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a reunião do colendo Colégio de Procuradores de Justiça possui a finalidade de prestar homenagem ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, que, no final mês, aposentar-se-á após mais de 40 (quarenta) anos de relevantes e valorosos serviços prestados ao Ministério Público do Estado de Alagoas e à sociedade alagoana. Na sequência, a Chefe do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo, registrou a presença dos Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas José Carlos Malta Marques e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, do Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral Rodrigo Sarmiento, do Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Marcos Barros Méro Júnior, da Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas, Cláudia Medeiros, da Procuradora do Ministério Público de Contas Stela Méro, do Delegado-Geral Substituto Eduardo Méro, de amigos e familiares do homenageado. Após a execução do Hino Nacional, o Excelentíssimo Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça fez a leitura da mensagem grafada no documento Menção Honrosa de homenagem do colendo colegiado ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro. Em seguida, a Chefe do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça fez um breve relato da trajetória funcional do Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, destacando a sua atuação em diversos órgãos da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas. Na sequência, fizeram uso da palavra os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Maurício André Barros Pitta, Denise Guimarães de Oliveira, Walber José Valente de Lima, Luiz José Gomes Vasconcelos e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, em seguida, usaram da palavra o Excelentíssimo Promotor de Justiça Givaldo Barros Lessa, Vice-Presidente da Associação dos membros do Ministério Público de Alagoas, o Excelentíssimo Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, nessa ordem. Ato contínuo, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro proferiu o seguinte discurso: "Senhor Presidente. Senhoras e Senhores integrantes do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça. Cumprimento também as pessoas de destaque aqui presentes, Desembargador Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Desembargador José Carlos Malta Marques, Desembargador Eleitoral Rodrigo Sarmiento, Vice-Presidente da OAB Seccional de Alagoas Cláudia Medeiros, Presidente em Alagoas do Instituto dos Advogados Brasileiros, Rodrigo Fontan, Conselheiro Federal da OAB pela bancada de Alagoas Marcos Barros Méro, Subdelegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Alagoas Eduardo Méro, Procuradora do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas Stela Méro, Vice-presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas Givaldo Barros Lessa. Ministros da casa, Humberto Pimentel, Marcos Mousinho, Adriana Gomes, Humberto Bulhões e Edélzito Andrade. Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, Marcos Rômulo Maia de Mello. Reverencio ainda os demais colegas Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça aqui presentes. Finalmente saúdo os caríssimos Diretores da Procuradoria-Geral de Justiça, os servidores e colaboradores do *Parquet*, os meus amigos e familiares que comparecem a esta reunião. A princípio, agradeço penhoradamente as palavras a mim dirigidas e que expressam reconhecimento. Tudo é fruto da bondade dos amigos. Porém uma coisa é inquestionável, servi com alegria ao glorioso Ministério Público local por pouco mais de 45 anos em duas etapas distintas. A primeira, como Adjunto de Promotor, nomeado em 1974 enquanto acadêmico do quarto ano de direito, desempenho que perdurou até 1981 com a extinção do cargo. Portanto, por 7 anos. Sendo que, a partir de 1975, uma vez formado militei paralelamente na advocacia e ao término do vínculo com *Parquet*, atuei como Defensor Público do Estado de Alagoas e advogado de empresa até retornar como membro do Ministério Público em 1988. Esse trabalho como substituto de Promotor Público, na denominação da época, me proporcionou um ensinamento semelhante à obtenção de um grau mais avançado da formação acadêmica. A segunda etapa, a terminar após o próximo recesso forense, atingiu 38 anos e meses. 26 anos como Promotor de Justiça e 12 anos e meses como Procurador de Justiça, período em que exerci as funções típicas do Ministério Público nas Promotorias de Justiça de São José da Tapera, Delmiro Gouveia, Piaçabuçu, Viçosa, Palmeira dos Índios e Maceió e na nona Procuradoria de Justiça Cível, além de outras funções de confiança tais como Secretário Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior em várias gestões, redator legislativo, redator do jornal do Ministério Público e até diretor de programa de televisão. Visando conscientizar o público em geral sobre as funções do Ministério Público, entre as principais: promover a ação penal pública, proteger o patrimônio público e cultural, o meio ambiente, defender os direitos dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis e fiscalizar os poderes públicos. Todavia, dentre essas atividades administrativas, a que mais me proporcionou orgulho, confesso, foi redigir a minuta do ato que, obedecendo as leis da Heráldica, criou o brasão e a bandeira do nosso dignificante Ministério Público. Fato sucedido na primeira gestão do iluminado colega Lean Antônio Ferreira de Araújo. Nós todos passaremos, mas esses símbolos que representam a nossa atividade ministerial permanecerão para sempre. Agora, passados todos esses anos e vividas todas essas experiências, é tempo de aposentadoria. Se vocês me perguntarem se vou me afastar das funções por querer, responderei que não. Vou me aposentar por obrigatoriedade de cumprir a lei. Mesmo assim



declaro, tranquilamente, que não tenho nada a reclamar e sim só agradecer a Deus pela oportunidade de servir a essa célebre instituição. O meu lema sempre foi: devemos servir bem ao Ministério Público para que o Ministério Público sirva sempre à sociedade. Como qualquer um pode aconselhar, sugiro principalmente aos colegas mais jovens a seguir essa regra. O povo alagoano agradecerá. Estarei desligado do cargo, contudo sempre à disposição do *Parquet*. Muito obrigado a todos e a cada um de vocês colegas, servidores e colaboradores pela cordialidade e amizade de sempre. Muito obrigado àqueles que com conhecimento e expertise me ajudaram categoricamente na assessoria de gabinete e muito obrigado pelo diploma que me ofereceram nesta solenidade. É o que tenho a dizer, senhor Presidente". Em seguida, o Presidente parabenizou o homenageado e ressaltou o merecimento da homenagem prestada. Na sequência, foi transmitido um vídeo gravado por familiares e amigos do homenageado contendo mensagens de carinho e afeto. Foi entregue ao homenageado um buquê de rosas. Ato contínuo, foi executado o Hino do Estado de Alagoas e, por fim, encerrada a sessão solene, do que para constar, eu, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça de 3ª Entrância, Secretário do Colégio Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei e rubriquei a presente Ata que vai adiante assinada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 16/2025

Cria a Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de Direito de Família da Capital.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, por maioria absoluta, ao CONSIDERAR:

I – o art. 128, § 5º, da Constituição Federal, que reserva à lei complementar estadual o estabelecimento da organização, das atribuições e do estatuto de cada Ministério Público;

II – o disposto no art. 23, § 2º e § 3º, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), em absoluta consonância com o estatuído pelo art. 21, § 2º e § 3º, da Lei Complementar Estadual n. 15/96 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas) que determinam a fixação, a exclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que as integram mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça;

III – a necessidade de coordenar a atuação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de Direito de Família da Capital.

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de Direito de Família da Capital.

Parágrafo único. São abrangidas pela coordenação referida no caput as seguintes Promotorias de Justiça da Capital: 8ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª, 33ª e 34ª.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 10 de julho de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Despachos

O PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS,